

nais de educação (DRE), tendo a Portaria n.º 366/2007, de 30 de Março, estabelecido a estrutura orgânica nuclear da Direcção Regional de Educação do Algarve e a Portaria n.º 388/2007, de 30 de Março, fixado o número máximo de unidades orgânicas flexíveis desta Direcção Regional de Educação.

Nos termos do disposto nos n.ºs 5, 6 e 7 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, as unidades flexíveis são criadas por despacho do dirigente máximo do serviço a quem compete igualmente definir as respectivas atribuições e competências, pelo que determino o seguinte:

1 — A Direcção Regional de Educação do Algarve estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- a) Divisão de Apoio Técnico à Gestão das Instalações e Equipamentos das Escolas, na dependência directa da Direcção;
- b) Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, integrada na Direcção de Serviços de Planeamento e de Gestão da Rede;

2 — À Divisão de Apoio Técnico à Gestão das Instalações e Equipamentos das Escolas compete prestar apoio técnico nas áreas de construção, reparação e manutenção do parque escolar, tendo, em particular, as seguintes competências:

- a) Organizar os processos necessários à adjudicação de empreitadas e à aquisição de bens e serviços, bem como à sua contratualização;
- b) Assegurar a manutenção e recuperação das instalações escolares;
- c) Proceder ao levantamento e à análise das necessidades em matéria de equipamentos educativos e colaborar na elaboração de programas de aquisições e acompanhar a sua execução;

3 — À Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial compete assegurar a gestão financeira e patrimonial dos serviços, tendo, em particular, as seguintes competências:

- a) Propor, nos termos da lei, a concessão de apoios financeiros aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo;
- b) Assegurar a gestão financeira e patrimonial dos serviços;
- c) Assegurar a gestão administrativa dos serviços;
- d) Elaborar a conta de gerência;
- e) Elaborar indicadores de gestão financeira;
- f) Elaborar propostas de orçamento de funcionamento e de investimento.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

29 de Junho de 2007. — O Director Regional, *João Manuel Viegas Libório Correia*.

Escola Básica 2, 3 D. José I

Aviso n.º 14 706/2007

Lista de antiguidade do pessoal não docente

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* dos Serviços Administrativos a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2006.

Da referida lista cabe reclamação, a apresentar pelos interessados ao dirigente dos serviços no prazo de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*.

17 de Julho de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Raul Manuel Fonseca J. T. Pina*.

Agrupamento Vertical de Escolas do Dr. João Lúcio

Louvor n.º 419/2007

A professora do quadro da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos com Ensino Secundário Dr. João Lúcio, do grupo de recrutamento 330 (Inglês), Ana Umbelina Carvalho Nunes cessa funções no órgão de gestão deste estabelecimento de ensino no mês de Julho de 2006.

Tendo exercido funções nesta Escola como vogal e secretária do conselho directivo e vice-presidente do conselho executivo, ininterruptamente, entre Julho de 1997 e Julho de 2006, deu um inestimável contributo à Escola, quer pelas suas qualidades de trabalho quer pela elevada competência profissional e grande empenho e dedicação ao serviço público com que sempre pautou o exercício das suas funções, em particular no incentivo à realização do pessoal não docente e a grande cooperação com as equipas de trabalho em que esteve envolvida.

Por todos estes motivos e reconhecido mérito, que importa distinguir, considero a sua acção merecedora de público louvor.

20 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *João Manuel Pires Manita*.

Agrupamento EB 1 n.º 4 de Loulé

Despacho n.º 17 894/2007

Por meu despacho de 12 de Abril de 2007, nomeio em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, a assistente de administração escolar do quadro do distrito de Faro Júlia Xavier do Rosário Vieira Batista para exercer as funções de chefe de serviços de Administração Escolar a partir de 12 de Abril de 2007.

12 de Abril de 2007. — A Presidente do Conselho Directivo, *Isabel Maria Antunes Lourenço dos Reis*.

Gabinete de Gestão Financeira

Despacho n.º 17 895/2007

Considerando a recente reorganização orgânica do Gabinete de Gestão Financeira, torna-se necessário proceder à nomeação dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição, até à nomeação dos titulares dos mesmos, de forma a assegurar o normal funcionamento dos serviços enquanto decorrem os respectivos procedimentos concursais.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 1.º da Portaria n.º 380/2007 e do n.º 4 do artigo 2.º, do n.º 2 do artigo 8.º, do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio chefe de divisão de Investimentos da Direcção de Serviços do Orçamento da Administração Central, em regime de substituição, a licenciada Maria Teresa Tavares de Campos, assessora principal da carreira técnica superior, que reúne a experiência profissional adequada para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta a nota curricular que é publicada em anexo ao presente despacho.

A nomeada fica autorizada, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, na redacção da Lei n.º 51/2005, a optar pelo vencimento da categoria de origem.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 15 de Junho de 2007.

15 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Edmundo Gomes*.

Nota curricular

Maria Teresa Tavares de Campos é licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (1984) e bacharel em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (1977). É assessora principal do quadro do Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) desde Setembro de 2001. Desde Março de 2006 é chefe de divisão de Investimentos, no Gabinete de Gestão Financeira, do Ministério da Educação, onde coordena a preparação, gestão e avaliação dos investimentos do Ministério integrados no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC). Durante a sua carreira profissional foi chefe de divisão de Controlo da Execução Financeira do PIDDAC, da Direcção de Serviços do Investimento do Sector Público Administrativo do DPP (Fevereiro de 1995 a Setembro de 2005), sendo também responsável pela coordenação do PIDDAC do Ministério do Planeamento (de Fevereiro de 1995 a Abril de 2002). Foi representante deste Departamento na Comissão Nacional do PRODEP I e na Unidade de Gestão do PRODEP II. Participou na análise das propostas da actual lei do enquadramento orçamental e no grupo técnico responsável pela aplicação ao PIDDAC, da orçamentação por programas. No Ministério da Agricultura, onde iniciou a sua carreira profissional (1977), desenvolveu a actividade na área do planeamento e gestão da empresa agrícola e, no âmbito das condições de trabalho na agricultura, foi representante do Ministério no Conselho Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho (CNHST). Da sua formação profissional destaca-se a frequência dos seguintes cursos no INA: «Seminário de alta direcção», «O QCA e a reforma dos fundos estruturais», «Portugal 2010 — Posição no espaço europeu» e «Concepção e gestão de projectos».